

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

CURSO DE HISTÓRIA

TAINÁ DE SOUZA VICTÓRIO

A memória e o livro didático: os desafios dos temas sensíveis e o papel do historiador

Juiz de Fora

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

CURSO DE HISTÓRIA

TAINÁ DE SOUZA VICTÓRIO

A memória e o livro didático: os desafios dos temas sensíveis e o papel do historiador

Trabalho apresentado à Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em História

Juiz de Fora

2016

Resumo: O presente trabalho tem o intuito de realizar uma análise sobre a função do livro didático sob a ótica da memória coletiva e os embates em torno da abordagem relacionada a temas sensíveis, como por exemplo, da ditadura militar brasileira. Procura-se entender a importância do material didático na perpetuação da memória coletiva e as disputas em volta do conteúdo trabalhado no livro didático. Deste modo, almeja-se também fazer uma análise sobre o papel do historiador como produtor de conhecimento no livro didático e na sala de aula.

Palavras Chaves: memória coletiva, livro didático, temas sensíveis, papel do historiador.

Sumário

Introdução:	5
1. Memória coletiva	6
2. O livro didático e a memória da ditadura.	9
3. Considerações finais	12
Referências:.....	14

Introdução:

Como sabemos, os embates sobre as disputas de memórias se dão em diversos espaços, principalmente se tratando de espaços públicos, pois como o passado se faz presente o tempo todo, há disputas sobre qual memória irá permanecer na sociedade. Além do mais, atualmente a sociedade apresenta um nítido interesse pelo registro e preservação das lembranças. As memórias passam pelo processo de esquecimentos ou de sua constante rememoração para o fortalecimento de determinado grupo. Isto se faz em meio à disputa devido aos seus usos e apropriações.

A memória e os discursos construídos através de suas apropriações, estes, refletem na sociedade e conseqüentemente no âmbito escolar, sendo assim, o livro didático é um dos meios de preservação de uma memória tida como oficial. Deste modo, disputas diversas estão por de trás do processo de consolidação de suas memórias e versões, juntamente com as memórias consideradas subalternas que contrariam as versões coletivamente consolidadas. Assim, a escola influencia na construção de memórias coletivas e conseqüentemente, através dos livros didáticos, uma vez que, é relevante tal instrumento como agente capaz de provocar transformações sociais tanto no contexto escolar quanto na percepção do espaço público.

Em um primeiro momento, pretende-se discorrer sobre a memória coletiva e sua relação com o livro didático, sendo este um dos meios importantes para a formação da consciência histórica dos jovens. Ademais, também será abordado sobre os questionamentos sobre as disputas na perpetuação de memórias eleitas como representativas de um determinado período.

Já em segundo momento, serão debatidos os desafios de se escrever sobre a ditadura militar brasileira olhando criticamente o tratamento do tema nos livros didáticos de história, mas, com o auxílio do professor, será possível um entendimento mais discernido sobre o assunto.

Com a finalidade de se analisar o livro didático e a inserção do mesmo dentro do âmbito da memória coletiva, foram trabalhados artigos que abordam sobre o livro didático dentro do parâmetro da memória, como também no âmbito educacional, deste modo, não serão mencionados nenhum livro em especial, somente será debatido a ótica entre livro didático e memória coletiva. Não é pretensão deste trabalho, fazer uma extensa análise sobre os discursos presentes nos livros didáticos referentes a ditadura militar, mas sim, de como a

abordagem sobre este período ainda suscita embates, já que, o que material didático fará parte da consciência histórica dos alunos, como também, comporá parte de sua memória sobre o período estudado.

1. Memória Coletiva

O campo da história do Tempo Presente está estreitamente ligado à consolidação do âmbito da história oral e à memória, sendo esta última, um espaço de disputa para determinados grupos. Quando falamos sobre memória, esta é marcada por lembranças e esquecimentos seletivos e como resultado, transforma-se em um campo de disputa, devido ao uso político e de reparação. Algumas memórias são disseminadas para o restante da sociedade como supostas verdades, através de vastos meios de propagação de comunicação, como documentário, bibliografias, livros, filmes, ou seja, documentos úteis para a consolidação do consenso sobre determinado episódio do passado.

Podemos dizer que atualmente há um fascínio pela memória, como Andreas Huyssen (2000) denominou, como uma “sedução pela memória”, em que a sociedade apresenta um nítido interesse pelo registro e preservação das lembranças. Neste sentido, podemos dizer que a sociedade contemporânea vive um momento de intensa rememoração, principalmente pelo fato de algumas das memórias serem usadas e apropriadas por diferentes grupos e movimentos sociais, seja como forma de conter esquecimentos ou para fortalecimento de identidade. Sendo assim, como aponta Eliezer Raimundo de Souza Costa ao descreve que:

Lugares de memória são, então, aqueles lapsos de memória selecionados em função de determinado fim, para demonstrar não uma continuidade, mas uma ancestralidade. Se é necessário marcar essa ancestralidade em algum lugar, é porque a memória, mesmo não estando perdida num longínquo passado, não é espontânea. Ela é selecionada com vistas a criar alguma noção, como pertencimento ou identidade. (COSTA, 2013, p.170)

Todavia, o apelo à memória e os discursos construídos através de suas apropriações, refletem na sociedade e conseqüentemente no âmbito escolar, uma vez que, o livro didático acaba sendo um instrumento pedagógico capaz de modificar a realidade nacional, educando e formando novas gerações. Mas também é válido lembrar que os alunos pertencentes a este meio, também estão inseridos em memórias construídas no seu cotidiano, que muitas vezes entram em

confronto com o conteúdo ensinado na escola.

O conteúdo do livro didático, destinado ao público escolar, conseqüentemente, é atribuído à perpetuação de memória, resultando em uma seleção do que deve ser ou não ser lembrado, sendo assim, transportado como lugar de memória, podendo ser entendido como um instrumento de poder, pois, como citado por Costa, Baczko em *Imaginação social*, ele explica que:

[...]os “imaginários intervêm activamente na memória colectiva, para a qual, [...] acontecimentos contam muitas vezes menos do que as representações a que dão origem e que os enquadram”. (BACZKO, 1985, p. 312) Esses imaginários permitem à sociedade se identificar e produzir uma representação de si. Enfim, eles produzem uma memória que permite ao indivíduo se situar em relação a si e ao grupo, podendo formar imagens dos inimigos e dos amigos, dos rivais e dos aliados. (BACZKO, 1985,p.312 apud COSTA, 2013, p.172)

Quando falamos em relembrar, isto implica que estamos recordando um passado à explicação das demandas do presente, e considerar o livro didático como lugar de memória é importante, pois, resulta em pensar de que forma esta memória foi construída, já que, a seleção de uma memória juntamente com a escrita da história, “justifica o tempo presente e fazer crer às pessoas que formam a nacionalidade brasileira, o seu pertencimento, a um mesmo grupo, dividindo um mesmo passado.”(COSTA, 2013 p.173).

Porém, caímos em algo mais complexo, pois, nem toda a memória eleita como representativa de uma determinada sociedade é partilhada igualmente entre os grupos que a compõem. Isto implica nos mecanismos de perpetuação das memórias e conseqüentemente as presentes nos livros didáticos, pois as escolhas destas memórias ditas como representativas envolvem uma pequena parcela da sociedade, mas afeta de modo integral o restante da mesma. Contudo, essas memórias contraditórias encontram voz nas salas de aula, pois é muito comum o aluno embasar algumas de sua informações advindas de seu núcleo familiar, que se contrapõe as vezes com as informações presentes no material didático, cabendo assim ao professor um dialogo mediador.

Partido disto, Fabiana Rodrigues de Almeida (2012, p. 62) relata que “os pesquisadores então produziam a História nacional a partir de recortes na Memória coletiva, nos quais as selecionadas eram legitimadas, cristalizadas e assumia status de verdade perante a sociedade”, contudo, como este não é um movimento pacífico e parcial, pois, sempre haverá disputas por

trás do processo de rememoração, coexistentes com as memórias subalternas que irão contrariar as versões coletivamente consolidadas. As memórias coletivas, não se constituem por acaso e, ao se pensar quando falamos em livro didático e conseqüentemente em escola, sendo esta última é um local de influência na construção de memórias coletivas, uma vez que, o livro didático é um instrumento pedagógico capaz de modificar a realidade nacional.

As discursões em torno da memória coletiva causam alguns equívocos entre os indivíduos que se julgam pertencentes a ela. Pensando nisto, Almeida também comenta que é muito comum indivíduos sentirem pertencentes à memórias coletivas sem ter feito parte, e a partir disto ela expõem que:

[...]a Memória de um grupo se sustenta a partir das lembranças de seus membros, sejam elas vividas diretamente ou não. E o meio onde essa Memória se dissemina torna-se bem delineado por seus membros, ou seja, o processo de seleção do que se lembra e do que se esquece também é posto em prática no âmbito do coletivo.(ALMEIDA, 2012, p.54)

Nesse espaço de recordar o passado, os livros didáticos possuem importante papel, pois, são instrumentos de ensino e aprendizagem dos jovens, além do mais, “sendo a memória nacional o tipo mais bem acabado de memória coletiva, atribui-se a ser um dos lugares da memória do passado brasileiro, formador de identidade nacional” (ALMEIDA, 2014, p. 2). Mas ao mesmo tempo surge a indagação de qual seria esse passado brasileiro? Qual é a identidade nacional propomos perpetuar no imaginário coletivo da juventude?

Ao escolher um viés que se represente o passado brasileiro, este sempre será contraposto por outras memórias, postas as margens diante do que havia ocorrido no passado, principalmente quando se trata de temas sensíveis ou delicados. Além do mais, com atuais reivindicações por ressarcimento de grupos, seja jurídico ou através de políticas sociais, são feitas exigências não só no sentido de compensação, mas também como um modo de que a memória deste período não seja esquecida pela sociedade, inserindo a constante tarefa de rememoração entre os jovens.

Movimentos relacionados ao direito de Memória, como por exemplo, a Comissão da Verdade entre outros, muitas vezes são acompanhadas pelo dever de memória, desencadeiam memórias antes postas a margem ou esquecidas e ainda na concepção de Fabiana R. Almeida (2012) o desafio da sociedade contemporânea em relação a Memória esteja em tentar promover a superação da indiferença. Todavia, é importante estar alerta para que a discursão

de dever de Memória não caia na ideia de dívida histórica ou a simplificação de um discurso vitimizado, já que, o ensino de história trata o passado, mas com questões do presente, e consequentemente, o ressignificando, sendo assim;

Assim, o desafio interposto atualmente ao ensino de História refere-se aos próprios desafios inseridos pela Memória no tempo presente, uma Memória que reivindica lugares, que aquece o mercado de consumo, que elege o que deve ou não ser preservado, que luta contra as avalanches de esquecimento. Enfim, a educação para a compreensão da História precisa lidar com os procedimentos derivados das operações de Memória que estão na ordem do dia dos sujeitos, e que interferem diretamente na interpretação que esses fazem em acerca das experiências passadas, orientando sua ação no presente e, sobre tudo sua projeção de futuro. Nesse sentido, as práticas de Memória se fortalecem como condição necessária à formação da consciência histórica. (ALMEIDA, 2012 p.40)

Levando em conta os aspectos observados, sobre as contradições da memória e a disputa em torno de sua consolidação, principalmente no âmbito do fortalecimento da consciência histórica, o livro didático é um instrumento cultural contraditório, envolvido em diversas críticas de vários setores, pois, como meio para o processo de escolarização, é um espaço importante no desenvolvimento da memória coletiva, sendo um dos grandes questionamentos, os aspectos ideológicos e os valores implícitos direta ou indiretamente nos alunos, presentes nos conteúdos.

2. O livro didático e a memória da ditadura.

Nos anos em que ocorreu a ditadura militar brasileira, os livros sofreram constante vigilância e censura. Os livros didáticos não relacionavam o ocorrido como um golpe, mas sim, como uma revolução. Isto ocorreu até um pouco depois que se instaurou o processo de abertura democrática, já que poucas publicações mencionavam o episódio como um golpe.

Já a partir do final da década de 1980 é que começaram os debates sobre os conteúdos a serem trabalhados nas aulas de história, atingindo também os livros didáticos, pois estes passaram a ser considerados portadores de uma ideologia e versões ultrapassadas que cultuavam a desigualdade e hierarquias sociais, “neste contexto, o ensino e os livros didáticos buscavam combater o “entulho autoritário” deixado pela ditadura, ao mesmo tempo em que deveriam incorporar uma narrativa sobre este período”(ALMEIDA.2014 p.6). As narrativas sobre a existência de um período ditatorial e um golpe militar começaram a estarem presentes nos livros didáticos:

Com a abertura política ao final desse período, vieram a público obras pautadas em memórias da ditadura, expondo seus horrores. Muitos livros didáticos passaram então a se posicionar criticamente em relação à ditadura e aos militares, evocando uma literatura de denúncia. Finalmente, na virada do século XXI, entra em cena o debate sobre a participação social de outros segmentos no regime, além dos militares. Vem daí a ampliação do termo para ditadura civil-militar, o que ainda é objeto de discussão. (ROCHA, 2015)

Deste modo, nos livros didáticos as narrativas sobre a ditadura mudaram conforme o contexto político que a sociedade vivia. Um dos grandes desafios nas últimas décadas tem sido escrever sobre a ditadura militar brasileira, e passados os anos de seu fim, temos atualmente um cenário intrigante para se olhar criticamente o tratamento do tema nos livros didáticos de história, já que, o material didático insere-se no processo de formação da identidade nacional.

Os livros didáticos precisam estar em constante reformulação a partir da historiografia, que se diversifica com novas descobertas sobre o ocorrido, um desses exemplos é o constante desafio das obras atuais sobre a polêmica participação da sociedade durante aquele período, que gerou o termo adotado para aquela época de ditadura civil-militar. O que por um lado, desmitificou a combatividade e resistência de grande parcela da sociedade e por outro, restringiu a reação ao período ditatorial a um pequeno grupo no combate através da luta armada na maioria das vezes.

Os livros didáticos estão sob a ótica do passado, mas através do presente, produzidos dentro de contexto em que há a exigência aos autores de retratarem os temas sensíveis, cujo estes, estão sujeitos à evocação de direitos e deveres de memórias, submetidos pela PNLD muitas vezes através de movimentos sociais.

Com a abertura dos documentos relativos à ditadura, vem tornando cada vez mais público os acontecimentos daquele período e suas consequências, e a partir desse movimento de abertura dos arquivos, é trazido à tona lembranças de outras pessoas que viveram naquela época, sendo assim, “as narrativas que tratam de um tema traumático e recente são construídas a partir de elementos históricos diversos, dos quais se sobressai a memória social” (ROCHA, 2015).

Todavia, mesmo se tratando de memória social, abordar este tema é difícil, principalmente dentro de sala de aula devido às diversas narrativas históricas que entram em

confronto, e como muitas vezes os discursos de vítimas e opressores são generalizados, se torna complexo produzir as narrativas históricas de períodos recentes em livros didáticos, neste contexto:

Um desafio precisa ser considerado pelos professores e alunos do Ensino Básico: a crença na “verdade” que as obras didáticas afirmam ao dialogar com a memória social muitas vezes oculta a sua historicidade. Como toda escrita, é uma narrativa presa às restrições e às possibilidades de seu tempo. Faz-se a crítica ao livro didático como desatualizado, mas o que ocorre é que ele atende a uma demanda do presente, incorporando um passado que não está encerrado, e continua reverberando. O que se escreve é a verdade possível a cada momento. (ROCHA, 2015)

Deste modo, é preciso analisar a construção da memória sobre a ditadura militar e promover reflexões sobre elas, que possibilitem a superação de discursos simplistas e uma reflexão mais profunda aos estudantes. Em consequência disto, citada por Marina Lemle, a historiadora Eliana Vinhaes ao falar sobre os livros didáticos relata que:

[...] são comuns nos livros didáticos erros conceituais e visões mecânicas do processo histórico, que dificultam o trabalho com crianças. “A História é um processo dinâmico, conflituoso, tenso, não caminha como uma equação matemática. Muitos livros são simplistas: se algo acontecer, outra coisa acontecerá. É um problema que permeia os livros didáticos. Esse livro não deve ser satanizado nem endeusado. (VINHAES apud LEMLE, 2007)

Por outro lado, ainda convém lembrar que alguns dos livros didáticos são elaborados em conjunto com historiadores. Não pretendemos conclusões de um tema tão complexo, mas é válido se pensar, qual seria então a função do historiador quando trata da questão da história pública, principalmente quando esta dialogando com a história ensinada.

Vale lembrar que é delegado ao historiador analisar os discursos que são elaborados e os usos que se faz do passado, tendo em vista que as demandas do presente estão em disputas destes passados-presentes. Dito isto, é preciso que o historiador se posicione frente à participação na identificação de interesses que estão em disputas na construção de uma memória histórica, pois, muitas vezes alguns ideais que nortearam e sustentaram a ditadura ainda permeiam a sociedade, como ainda, a presença de discursos de grupos que se consideram vitimizados, enaltecendo este passado recente, que ainda evoca discursões sobre o ocorrido.

Ao discorrermos sobre o papel do historiador, também é preciso pensar na sala de aula como um espaço de construção de memória, já que, o livro didático é um dos responsáveis

pelo conhecimento histórico, que pode ser classificado como um conhecimento comum do homem. Um dos grandes problemas é o fato de muitos acharem o que está no livro didático é a história correta e única, como verdades imutáveis. O papel do historiador como professor é esclarecer aos seus alunos, que o livro é uma parcela do conhecimento histórico e o que está contida nele, foi à escolha de um viés ao abordar determinado assunto, visto que, é de tamanha importância pensando na elaboração do pensamento crítico do aluno.

Além do mais o livro é mais um meio pelo qual o professor de história utiliza como ferramenta de aprendizagem, mas não o único, sendo capaz assim de elaborar dinâmicas que resulte em reflexões advindas dos próprios alunos. Segundo o posicionamento de Romanatto (2004) em relação ao uso do livro didático, tal como elemento fundamental no processo de ensino e aprendizagem, o material didático, como qualquer outro recurso, tem sua importância condicionada ao uso que o professor dele faça. Não só pelo seu emprego correto, mas sabendo explorá-lo em função dos objetivos a alcançar.

Portanto, cabe ao historiador dialogar tanto como pesquisador, trabalhado com uma gama de informações tanto da vítima quanto do opressor, para que inicialmente se desmitifique este tipo de classificação entre oprimido e opressor, mostrando a complexidade ao tratar da ditadura militar no livro didático, mas também como professor, esclarecendo aos alunos o viés abordado no material didático, tendo em mente que o aluno constrói suas memórias histórias além dos espaços de sala de aula. Por isso, um debate crítico com os jovens ajuda a refletir sobre a ditadura entre outros temas com mais discernimento.

3. Considerações finais

Quando analisamos a função do livro didático, em um primeiro momento é a formação do indivíduo nas áreas do saber constituído é que passam pela nossa mente, mas, ao indagarmos quais foram os critérios para que estes saberes se constituíssem como essenciais, podemos aprofundar a análise para o âmbito da memória, pois, estas passam pelos critérios de seleção e esquecimentos, critérios estes que estão permanentemente nos livros didáticos.

O livro didático é um instrumento de perpetuação da memória, conseqüentemente, seleciona o que é, e o que não é abordado em seu conteúdo, e por isso se compõe como instrumento de poder, pois, muitas vezes para os alunos é uma das únicas fontes de pesquisa e estudo, assim influenciando diretamente na percepção histórica do estudante.

A capacidade de perpetuar a representação de si impõe um movimento de recordar o passado à explicação das demandas do presente, todavia nem toda a memória eleita como representativa de uma determinada sociedade é partilhada igualmente entre os grupos que a compõem. Além do mais, com atuais reivindicações por ressarcimento de grupos, uma das demandas presentes é que a memória deste período não seja esquecida pela sociedade.

Mas ao tratar de temas sensíveis como a ditadura, isto se torna muito complexo, principalmente pela projeção de uma memória coletiva através dos livros didáticos, que irão formar uma consciência histórica nos alunos, por isso, o indizível se torna muitas vezes questionável até nos materiais didáticos, pois os desafios de se escrever sobre a ditadura militar brasileira olhando criticamente para um fato que ainda não houve uma conclusão, permanecendo muitas vezes a sensação de impunidade. Contudo, para que isto seja superado, é preciso analisar a construção da memória sobre a ditadura militar e promover reflexões sobre elas, que possibilitem a superação de discursos simplistas, principalmente nos livros didáticos.

Muito se falou sobre a contribuição do historiador na elaboração dos conteúdos pertinentes ao material didático, contudo, temos que constatar que os livros didáticos não são compostos apenas pelo posicionamento ideológico dos autores, já que, há questões como limite de páginas sobre determinado assunto. Além disto, algumas discussões permanecem de difícil abordagem pela própria academia se tratando de temas sensíveis.

Não é intuito menosprezar o conhecimento levado pela acadêmica em contraposição aos ensinados pelos alunos, mas a realidade brasileira atual, o material escolar aborda uma gama de assuntos, não podendo muitas vezes pormenorizar determinados assuntos, cabendo ao professor, como historiador levantar questões que suscitem o debate para além do livro didático.

No contexto de valorização da democracia, em que umas das funções do espaço escolar são formar cidadãos democráticos, o ensino de história assume um importante papel no que cerne a formação de identidades coletivas, por isso, o papel do historiador como professor é importante para mostrar que não podemos relativizar e homogeneizar as informações contidas nos livros didáticos, pois, os discursos são plurais e complexos se tratando da ditadura, devendo abordar igualmente os aspectos violentos de ambas as partes, tanto da luta armada quanto dos militares.

Concluimos que quando se trata do âmbito educacional, o livro didático instituído como

lugar de memória, tende-se a vê-lo, como um espaço de disputa, devido ao fato de que algumas memórias serem eleitas como representativa de uma determinada sociedade. Além do mais, quando se trata de memórias traumáticas, estas encontram dificuldades em integrarem-se na memória coletiva da nação, que acaba criando uma barreira entre o dizível e o indizível.

O livro didático possui uma relevância essencial como instrumento capaz de transformações sociais tanto no contexto escolar, quanto fora dele na formação de cidadãos. Todavia, o livro não pode ser considerado com um instrumento de informações prontas, onde o aluno só apenas reproduza pensamentos e respostas elaboradas, a partir de conhecimentos simplistas, em que muitas vezes não estão conectados com a realidade do aluno. Por isso a eficiência ao utilizar o livro didático e as memórias concretizadas por ele, como qualquer outro recurso, tem sua importância condicionada ao uso que o professor dele faça de sua utilização e como explorar o material didático, pois, o professor é um agenciador de conhecimentos capaz de induzir e provocar no aluno a aprendizagem e assim estimular o desenvolvimento do senso crítico.

Se tratando de eventos traumáticos, geralmente é recorrente a condenação do mal por parte de algumas historiografias posteriores a tais eventos, por isso, é preciso tomar cuidado para não tonar a memória da vítima incontestável e sacralizada, muito menos a memória do opressor com algo negativo. É necessário ter em mente as complexibilidade das narrativas, e talvez seja isso, que falte nos livros didáticos quando tratam de eventos traumáticos, tentar abordar mais de um viés dos lados, demonstrando a heterogeneidade do processo histórico.

Dentro ou fora da escola, o livro didático é um forte instrumento de disseminação de conhecimento em todo o mundo, sendo capaz de modificar a identidade do indivíduo e seu entendimento histórico, por isso, o material é capaz de uniformizar diferentes culturas, por esta razão requer uma atenção especial de todos quanto a sua construção, avaliação e utilização.

Referências:

ALMEIDA, Fabiana Rodrigues de. *História e memória nos limites do (in) visível: reflexões sobre o saber histórico escolar nos livros didáticos de história*. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Educação-UFJF, Juiz de Fora, 2012

ALMEIDA, Valesca de Souza. A luta armada através dos livros didáticos. *REVISTA CONTEMPORÂNEA: 50 anos depois, a cultura autoritária em questão*. V. 1 n. 5. p- 1-23. 2015

ABREU, M.; MATTOS, H.; DANTAS, C. V. “Em torno do passado escravista: As ações afirmativas e os historiadores”. In: Rocha, H.; Gontijo, R.; Magalhães, M. (org.) *A escrita da história escolar*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009. p. 181-198.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Em Foco: História, produção e memória do livro didático. *Scielo*. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a07v30n3.pdf>>. Acesso em: 04 nov 2016.

CALDEIRA, João Paulo. Como a ditadura foi sendo tratada nos livros de história. *Jornal GGN*. Disponível em: <<http://jornalggm.com.br/noticia/como-a-ditadura-foi-sendo-tratada-nos-livros-de-historia>>. Acesso em: 03 nov 2016

CERRI, Luis Fernando. Didática da História: uma leitura teórica sobre a História na prática. In: *Revista de História Regional*, Inverno, 2010.

COSTA, Eliezer Raimundo de Souza. Livro didático: Lugar de memória. *Cultura Histórica & Patrimônio*. v.2 nº 1. P.168-181, 2013.

FICO, Carlos. “*História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro*”. *Varia História*, v.28, p.43-59, 2012.

FICO, Carlos “*Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador*”. *Topoi*. V.14, p.239-261, 2013.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*, Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, 9-40.

LEMLE, Marina. Livro didático. *Revista de história.com.br*. Disponível em:< <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/livro-didatico>>. Acesso em: 04 nov. 2016

PASTRO, Sonia Maria Gazola; CONTIERO Diná Teresa. Uma análise sobre o ensino de história e o livro didático. *Revista uel*. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/viewFile/12753/11088>> .Acesso em: 03 nov 2016.

QUINAN, Licia Gomes. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. A função social do historiador e o ensino da ditadura militar: caminhos para a promoção da reparação, da memória e da verdade. p. 1-10.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. Hoje revolução, amanhã golpe: nos livros didáticos, narrativas sobre a ditadura mudaram de acordo com o contexto. *Revista de história.com.br*. Disponível em:< <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/hoje-revolucao-amanha-golpe>>. Acesso em: 03 nov 2016

ROMANATTO, M. O livro didático: alcances e limites. *São Paulo*. Disponível em:<<http://www.sbempaulista.org.br/cpem/anai/mesas-redondasmr19-mauro.doc>>. Acesso em 09 nov. 2016